



SUBSÍDIOS TRIBUTÁRIOS, FINANCEIROS E CREDITÍCIOS

Audiência Pública da CESUBCRE – Comissão Especial destinada a analisar proposições que tratem da concessão de subsídios tributários, financeiros e creditícios
Brasília, 9 de julho de 2019

Comissão Especial destinada a analisar proposições que tratem da concessão de subsídios tributários, financeiros e creditícios - Requerimento 9/2019

Sob a ótica macroeconômica, subsídio governamental constitui assistência de natureza financeira, creditícia ou tributária, que visa fomentar a atividade econômica por meio da correção de falhas ou imperfeições de mercado. Por envolver recursos públicos, as políticas financiadas por subsídios devem sempre ser monitoradas e revisadas periodicamente, de forma que sejam avaliados seus resultados e sua necessidade ao longo do tempo.

- Lado da Receita Pública - “Subsídios Tributários”
- Lado da Despesa Pública - “Subsídios Financeiros e Creditícios”, “instrumento de política pública que visa reduzir o preço ao consumidor ou o custo ao produtor.”

Lado da receita - Subsídios Tributários

- ✓ Conceito de “Gastos Tributários” adotado pela Receita Federal:
Não é o melhor conceito, pois não se refere necessariamente a setores “privilegiados”, já que inclui o Simples Nacional, Zona Franca de Manaus, deduções do Imposto de Renda Pessoa Física (educação, saúde, idosos), entidades sem fins lucrativos, dentre outros.

- ✓ Desonerações estabelecidas a partir de 2010:
Conceito melhor para se analisar o desempenho dos benefícios tributários e sua efetividade diante da crise econômica

Desde 2010 houveram R\$ 512 bilhões de renúncias tributárias, sob a justificativa de tirar o país da crise e gerar empregos, o que não se confirmou.

Desonerações estabelecidas a partir de 2010

TABELA 3

VALORES DAS RENÚNCIAS TOTAIS E O DAS NOVAS RENÚNCIAS ADOTADAS

Valores correntes, em R\$ milhões

		Desonerações instituídas e Ano de Impacto das medidas											Impacto (¹¹)
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Início de vigência	2010	2.509	5.780	1.727	2.607								12.623
	2011		2.989	29.398	12.010	13.628							58.025
	2012			15.413	47.091	52.358	27.758						142.621
	2013				14.593	32.916	24.687	22.985					95.181
	2014					2.550	40.039	23.771	26.338				92.698
	2015						5.412	8.854	11.380	16.333			41.980
	2016							627	1.372	1.442	916		4.357
	2017								739	18.663	21.109	23.840	64.351
Soma dessas renúncias (¹²)		2.509	8.769	46.538	76.301	101.452	97.897	56.237	39.829	36.438	22.025	23.840	511.835
Renúncia total do exercício (¹³)		135.861	152.441	181.747	223.310	256.234	270.054	263.711	270.399				
Soma arrecadação (¹⁴)		743.174	874.787	923.300	1.027.340	1.076.681	1.115.409	1.177.889	1.210.348				
Renúncia (em % PIB)		3,50	3,48	3,77	4,19	4,43	4,50	4,21	4,12				
Renúncia (em % da arrecadação)		18,3	17,4	19,7	21,7	23,8	24,2	22,4	22,3				

Fonte: RFB - Desonerações instituídas, diversas edições e Gastos Tributários Estimados por Bases Efetivas, diversas edições, sendo a mais recente a de 2015 série 2013-2018. Para a arrecadação líquida, relatórios fiscais da STN.

Notas: ⁽¹¹⁾ Apenas o impacto das perdas de arrecadação no ano de aprovação das medidas e a dos três anos posteriores. ⁽¹²⁾ Dados dos relatórios de desonerações instituídas. ⁽¹³⁾ Dados dos relatórios de Gastos Tributários Estimados por Bases Efetivas, a informação mais recente para cada exercício. ⁽¹⁴⁾ Dados da receita administrada, indicada pelos relatórios da STN.

Outras “desonerações” que devem ser consideradas:

Ausência de regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas (previsto na Constituição de 1988 e jamais implementado)

PLP 9/2019 - O Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) incidirá, anualmente, à alíquota de 5% sobre o valor excedente a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)

Previsão de Arrecadação: R\$ 38,9 bilhões por ano.

Isenção sobre lucros e dividendos distribuídos

PL 1981/2019 – Acaba com a isenção de Imposto de Renda sobre distribuição de lucros e dividendos acima de R\$ 240 mil por ano, e estabelece alíquota adicional de 15% para rendimentos tributáveis acima de R\$ 320 mil mensais (R\$ 3,84 milhões anuais)

Previsão de Arrecadação: R\$ 85 bilhões por ano.

Outras “desonerações” que devem ser consideradas:

Dedução dos Juros sobre o Capital Próprio

Benesse injustificável que privilegia bancos e grandes empresas

Perda de arrecadação estimada: R\$ 7 bilhões por ano

Fonte: https://www.sindifisconacional.org.br/images/estudos/sistema_tributario/sistema_tributario_2018.pdf

Isenção na Remessa de Lucros ao Exterior

Benesse injustificável que privilegia bancos e grandes empresas multinacionais e transnacionais

Perda de arrecadação estimada: R\$ 11 bilhões por ano

Fonte: https://www.sindifisconacional.org.br/images/estudos/sistema_tributario/sistema_tributario_2018.pdf

Isenção de imposto de renda para estrangeiros que adquirem títulos da dívida pública interna federal

Benesse injustificável que privilegia bancos, grandes empresas estrangeiras e especuladores internacionais

Perda de arrecadação estimada: R\$ 12 bilhões

Fonte: Valor obtido a partir da aplicação da alíquota de 27,5% sobre a taxa média anual de juros sobre a dívida interna nos últimos 12 meses (9,38%), sobre o estoque de títulos detidos por estrangeiros (R\$ 476 bilhões).

http://www.stn.fazenda.gov.br/documents/10180/809294/Anexo_RMD_Mai_19.zip/fb4a8295-fbfe-45d5-aa1c-2df0fc844382

Outras “desonerações” que devem ser consideradas:

- ✓ **Lei Kandir** – isenção de ICMS sobre exportações de produtos primários e semi-elaborados

Prejuízo de R\$ 395 bilhões de 1997 a 2016 (sem subtrair as compensações feitas pelo governo federal aos estados)

Fonte: <http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/1366.pdf?id=1497373099> – pág 45

Prejuízo anual para o país: R\$ 29 bilhões

Estimula a desindustrialização e a primarização da economia, além de crimes contra o meio ambiente

- ✓ **Diversos Incentivos Fiscais injustificados**

Lado da Despesa Pública - “Subsídios Financeiros e Creditícios” – “instrumento de política pública que visa reduzir o preço ao consumidor ou o custo ao produtor”

- ✓ Infelizmente, nos dias atuais, o maior subsídio é dado pelo governo ao setor mais rico da economia: o setor financeiro.
- ✓ Anualmente, 40% do orçamento federal estão comprometidos com juros e amortizações de uma dívida pública que jamais foi auditada com participação da sociedade civil, apesar de aprovado por 3 vezes pelo Congresso, todas vetadas pela presidência da República.
- ✓ Ao remunerar a sobra de caixa dos bancos com altíssimas taxas de juros via “Operações Compromissadas”, além de outros mecanismos da chamada dívida pública, o governo estimula a alta dos juros do mercado, aumentando preços e custos para a economia real e garantindo elevados lucros para os bancos, ou seja, o inverso do propósito esperado

De 1995 a 2015 produzimos R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário. Apesar disso, a dívida interna aumentou de R\$86 bilhões para quase R\$4 trilhões no mesmo período.

O que tem feito a chamada Dívida Pública explodir?

- É evidente que **não** foram os investimentos e gastos sociais, pois produzimos Superávit Primário imenso!
- A Dívida Pública tem sido gerada por mecanismos de política monetária do Banco Central, responsáveis por déficit nominal brutal e pela fabricação da “crise”

REMUNERAÇÃO DA SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS

ESCANDALOSO MECANISMO QUE AO MESMO TEMPO:

- **gerou Dívida Pública:** R\$ 1,2 Trilhão da Dívida Interna utilizados para remunerar a sobra de caixa dos bancos <https://bit.ly/2ZepGfY>
- **gerou rombo de R\$ 754 Bilhões em 10 anos** (sem atualização) conforme balanços do Banco Central
- **produz escassez de moeda na economia:** volume de moeda equivalente a quase 20% do PIB fica esterilizada no BC
- **provoca elevação brutal dos juros de mercado:** moeda que deveria irrigar a economia fica escassa pois bancos preferem a garantia de remuneração diária paga pelo Banco Central
- **desculpa de controlar inflação foi desmascarada em 2017** IGP negativo em 2017 e o volume das Op. Compromissadas atingiu recorde de R\$ 1,23 TRILHÃO <https://goo.gl/dvHYmr>
- **ILEGAL:** BC enviou PL 9248/2017 para “legalizar” os Depósitos Voluntários REMUNERADOS pelo Banco Central <https://bit.ly/2F6Q8lJ> o que já vem sendo feito com o abuso das Op. Compromissadas.

CUSTO DA POLÍTICA MONETÁRIA PROVOCOU A CRISE ATUAL

2015:

- ✓ Juros elevadíssimos
- ✓ Prejuízos com Swap Cambial
- ✓ Emissão excessiva (R\$480 bi) de títulos da dívida interna
- ✓ Remuneração da sobra de caixa dos bancos (R\$1Trilhão)

Dívida Interna cresceu R\$ 732 bilhões em 11 meses de 2015

Investimento Federal em 2015: R\$ 9,6 bilhões

30/09/2015 13h00 - Atualizado em 30/09/2015 15h20

BC tem prejuízo de quase R\$ 120 bilhões no ano com swaps cambiais

Na parcial deste mês, até a última sexta, perda do BC somou R\$ 44 bilhões. No ano, até dia 25 de setembro, prejuízo já soma quase R\$ 120 bilhões.

Alexandro Martello
Do G1, em Brasília



Com a disparada do dólar, o Banco Central registrou prejuízo de R\$ 44,9 bilhões na parcial de setembro, até a última sexta-feira (25), com os chamados contratos de swaps cambiais - instrumentos que equivalem a venda de moeda estrangeira no mercado futuro e que atenuam as pressões sobre o dólar no mercado à vista.

[saiba mais](#)

Dólares deixam país semana passada e fluxo de setembro volta ao vermelho

De forma geral, o BC lucra com estas operações quando o dólar cai e perde quando a cotação da moeda norte-americana sobe.

No acumulado deste ano, também até a última sexta-feira, as perdas da autoridade monetária superaram a barreira dos R\$ 100 bilhões e somaram R\$ 119,17 bilhões. Os números foram divulgados pela própria instituição nesta quinta-feira (30).

CONJUNTURA DE CRISE FABRICADA PELA POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL

- ✓ Taxas de Juros mais elevadas do mundo
- ✓ Restrição da base monetária para remunerar a sobra de caixa dos bancos, abusando-se das Operações Compromissadas
- ✓ *Swap* Cambial (ilegal, conforme TC-012.015/2003-0)
- ✓ Prejuízos do Banco Central de centenas de bilhões de reais
- ✓ Colchão de liquidez exagerado (R\$1,2 trilhão na Conta Única de Tesouro): emissão excessiva de títulos e explosão da Dívida

✓ CRISE TEM JUSTIFICADO MEDIDAS RESTRITIVAS

- ✓ EC 95 (PEC do Teto), EC 93, Lei Complementar 159/2017
- ✓ Reformas Trabalhista e da Previdência
- ✓ Privatizações
- ✓ Esquema Fraudulento: “Securitização de Créditos Públicos”
- ✓ Autonomia do Banco Central

Bancos lucram com os mecanismos que alimentam o Sistema da Dívida e produzem a crise

Lucro dos bancos (R\$ bilhões)



2015

Lucro de

R\$ 96
bilhões

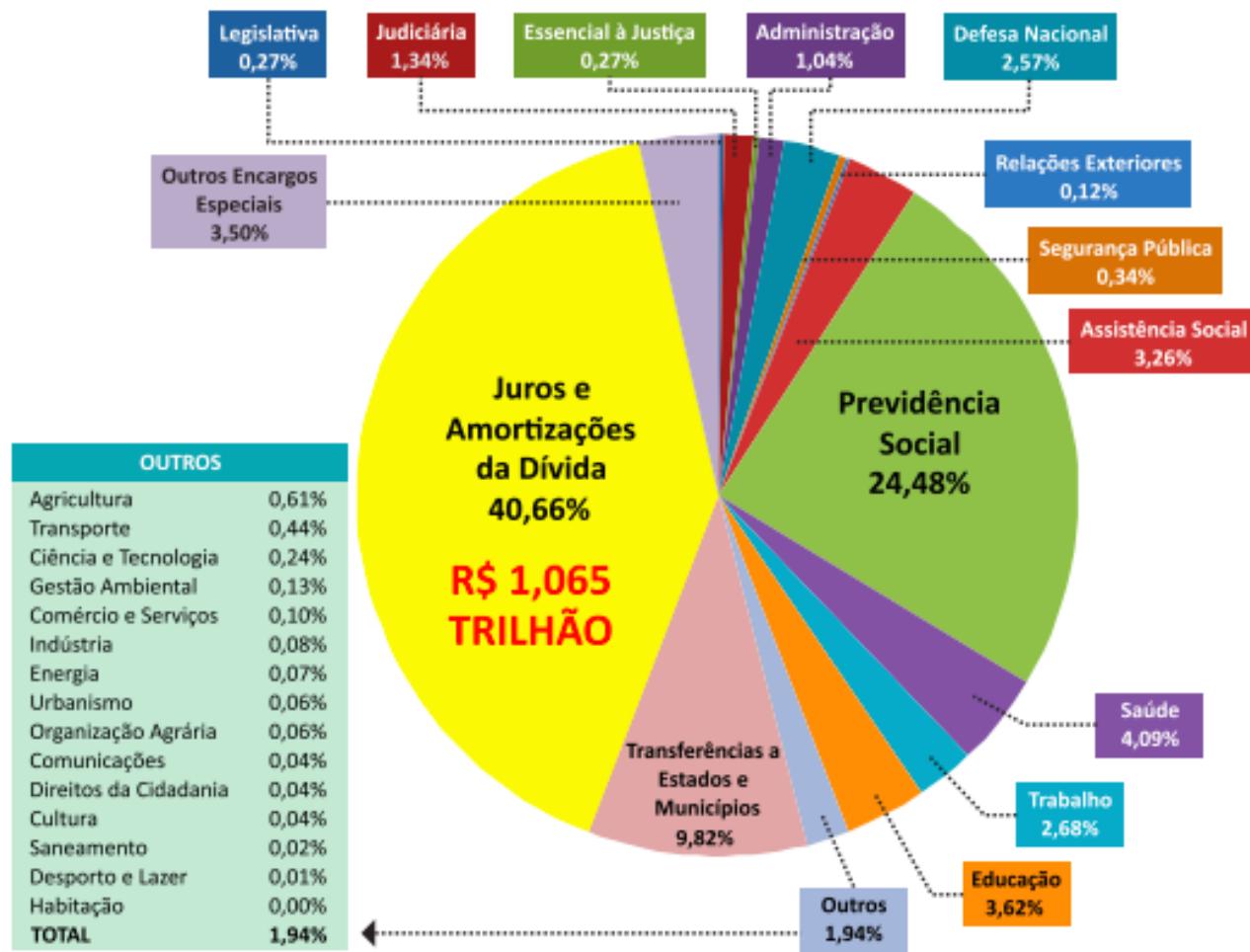
+

Provisão de

R\$ 187
bilhões

Orçamento Federal Executado (Pago) em 2018 = R\$ 2,621 TRILHÕES

O valor previsto para 2018 havia sido R\$ 3,527 Trilhões, diferença a ser investigada



Fonte: SIAFI - [http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa - Banco de Dados Access p/ download \(Orçamento da União - Fiscal e Seguridade - até 31/12/2018\)](http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa - Banco de Dados Access p/ download (Orçamento da União - Fiscal e Seguridade - até 31/12/2018))

Nota 1 - Somamos "Juros" e "Amortizações" porque o Tesouro contabiliza grande parte dos juros como se fosse amortização.
Veja as explicações: <https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

O Rombo das
contas
públicas está
no Sistema
da Dívida e
não na
Previdência

www.auditoriacidada.org.br

Explicação:
Porque somamos
Juros e Amortizações
<https://bit.ly/2Fp0x9C>

A DÍVIDA PÚBLICA TEM SIDO GERADA POR MECANISMOS FINANCEIROS:

- **Transformações de dívidas do setor privado em dívida pública;**
- **Elevadíssimas taxas de juros:** praticadas sem justificativa técnica, jurídica, econômica ou política;
- A ilegal prática do **anatocismo**: incidência contínua de juros sobre juros;
- A irregular **contabilização de juros como se fosse amortização** da dívida, burlando-se o artigo 167, III, da Constituição Federal
- As escandalosas operações de **swap cambial** realizadas pelo BC em moeda nacional, garantindo o risco de variação do dólar de forma sigilosa;
- **Remuneração da sobra do caixa dos bancos** por meio das sigilosas “operações compromissadas” que alcançaram R\$1,23 trilhão em 2017
- **Emissão excessiva de títulos** para formar “colchão de liquidez”
- **Prejuízos do Banco Central**
- **“Securitização de Créditos Públicos”** gera dívida ilegal que é paga por fora do orçamento, mediante desvio de arrecadação que sequer alcançará os cofres públicos <https://bit.ly/2WAKhJq>



**Precisamos
reduzir a
desigualdade
social no Brasil
e não
aprofundar mais!**

- **9^a ECONOMIA MUNDIAL**
- **Pior distribuição de renda do mundo** <http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/SSRN-id2479685.pdf>
COMPARADO COM [GINI index](#) | [Data](#) | [Table](#)
- **79º no ranking de respeito aos Direitos Humanos – IDH – empatado com a Ilha Granada** (área territorial de 344 km², população estimada em 110 mil habitantes, produz noz-moscada)
- **Penúltimo no ranking da Educação entre 40 países** (Índice Global de [Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais](#))

Brasil: Realidade de Abundância e Cenário de Escassez

9ª Maior Economia Mundial

IMENSAS POTENCIALIDADES ABUNDÂNCIA

- Maior reserva de Nióbio do mundo
- Terceira maior reserva de petróleo
- Maior reserva de água potável do mundo
- Maior área agriculturável do mundo
- Riquezas minerais diversas e Terras Raras
- Riquezas biológicas: fauna e flora
- Extensão territorial e mesmo idioma
- Clima favorável, recorde de safra
- Potencial energético, industrial e comercial
- Riqueza humana e cultural
- Reservas Internacionais US\$375 Bilhões
- R\$ 1,13 Trilhão esterilizados no Bacen
- R\$ 1,27 Trilhão na Conta Única do Tesouro Nacional
- Dívida Ecológica histórica
- Potencial de arrecadação tributária

CENÁRIO 2015-2019

ESCASSEZ

CRISES

➤ Econômica seletiva

- Desindustrialização
- Queda de empresas
- Desemprego
- Perdas salariais
- Privatizações
- Encolhimento do PIB

➤ Social

➤ Política

➤ Ambiental

AJUSTE FISCAL e REFORMAS: Corte de investimentos e gastos sociais; aumento de tributos para a classe média e pobre; privatizações e Contrarreformas

CRESCIMENTO ACELERADO DA “DÍVIDA PÚBLICA” = CRISE FISCAL/LUCRO RECORDE DOS BANCOS

Nossa tarefa é identificar e corrigir: O QUE SEPARA A REALIDADE DE ABUNDÂNCIA DO CENÁRIO DE ESCASSEZ

- MODELO ECONÔMICO CONCENTRADOR DE RENDA E RIQUEZA QUE IMPEDE O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO:
 - ✓ POLÍTICA MONETÁRIA SUICIDA
 - ✓ MODELO TRIBUTÁRIO REGRESSIVO
 - ✓ SISTEMA DA DÍVIDA
 - Ajuste Fiscal
 - Privatizações
 - Contrarreformas
 - Esquemas que geram dívidas públicas, cada vez mais sofisticados, a exemplo da “Securitização de Créditos Públicos”

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

www.auditoriacidada.org.br

www.facebook.com/auditoriacidada.pagina